

municípios médios e provocar crise no sistema prisional, entre outros sintomas do agravamento da questão social”, acrescenta o economista.

“O desemprego médio no Brasil está hoje em torno de 13%, enquanto nas áreas metropolitanas do Nordeste é de 17% e no interior da região oscila em torno de 14% e 15%”, aponta a economista e consultora Tania Bacelar de Araújo, professora aposentada da Universidade Federal de Pernambuco e ex-diretora da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). O mercado de trabalho nordestino, diz, historicamente é mais difícil do que nas regiões mais dinâmicas do Brasil. “Nós temos 28% da população e 14% da economia nacional. Isso gera uma dificuldade estrutural de encontrar oportunidades de inserção na vida produtiva. É uma marca antiga, que deu uma melhorada, mas não mudou em profundidade. Recife e Salvador sempre lideravam as taxas de desemprego no País e isso continua acontecendo.”

O mercado formal, prossegue, que vinha muito bem durante o ciclo de investimentos que a região viveu nos anos dos governos Lula e Dilma, mostra também uma dificuldade maior que a do Brasil. Parte do *boom* positivo decorria de investimentos tanto industriais quanto em infraestrutura, a exemplo de aeroportos que se modernizaram, da Transnordestina e da transposição do Rio São Francisco, um conjunto de obras que geraram muitos empregos, principalmente na construção civil. A crise atingiu com força a construção civil e a região paga um custo humano muito alto, sobretudo no Nordeste Oriental (Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará). No setor de petróleo e gás, há sérios problemas. A refinaria de Pernambuco não foi completada, as duas outras previstas para o Maranhão e o Ceará foram canceladas. A refinaria e as plantas a ela associadas

Entre as cidades mais violentas do mundo, capitais nordestinas ocupam posições destacadas

da petroquímica em Suape serão desestabilizadas. “Está tudo à venda. Aliás, o Brasil está à venda, infelizmente”, lamenta a economista.

A redução drástica do volume significativo de recursos de políticas públicas destinados ao Nordeste entre 2000 e 2015 é a principal explicação para o desastre econômico e social que se agrava dia após dia. O aporte total acumulado no período foi de 853,5 bilhões de reais, computa Aristides Monteiro Neto, técnico do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) especialista em desenvolvimento econômico, economia regional e políticas públicas. Desse montante apenas

25% são, entretanto, transferências do Programa Bolsa Família e dos Benefícios de Prestação Continuada, estes ligados à previdência rural, às aposentadorias e ao apoio a deficientes. Os dois programas sociais receberam 209,2 bilhões de reais. O principal instrumento de política regional explícita, diz, é o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), gerido pelo Banco do Nordeste (BNB), que totalizou 156 bilhões. Somando-se 435 bilhões do BNDES, que não é regional mas cumpriu um papel importante, têm-se uma capacidade muito grande de financiamento da atividade produtiva, em geral de empreendimentos privados, embora o banco nacional de desenvolvimento financie também projetos públicos de infraestrutura como a refinaria em Pernambuco, chama atenção Monteiro Neto.

“Isso põe por terra a tese – e nisso eu sempre falo – de que o governo cuidou, no Nordeste e no restante do Brasil, apenas de transferir renda para as pessoas, fez só política social. Ele fez, mas procurou também transformar o parque

MUITO ALÉM DA TRANSFERÊNCIA DE RENDA

Recursos de política pública com impactos regionais (valores acumulados entre 2000 e 2015, em bilhões de reais de 2015)

REGIÃO	INVESTIMENTO PÚBLICO FEDERAL	FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORDESTE (FNE) ¹	BNDES ²	FNE+ BNDES ²	PROGRAMAS SOCIAIS ^{**}	TOTAIS
Nordeste	209,2	156,5	278,6	435,1	209,2	853,5
Norte	89,8	53,3	150,3	203,6	82,5	375,9
Centro-Oeste	74,2	75,5	217,3	292,8	87,0	454,0
Nordeste, Norte, Centro-Oeste (soma)	373,2	285,3	646,2	931,5	378,7	1.683,4

Fontes: Investimento Público Federal: Secretaria de Orçamento Federal (SOF), Ministério do Planejamento; Fundos constitucionais: Ministério da Integração Nacional; desembolsos do BNDES: relatórios anuais do BNDES (vários números); programa Bolsa Família: Ministério do Desenvolvimento Social; e Benefícios de Prestação Continuada: Ministério da Previdência.

Notas: 1 Para o Investimento Público Federal são utilizados dados do período 2001-2006.

2 Para o Programa Bolsa Família são utilizados dados do período 2004-2006.

*Crédito ao investimento

**Programa Bolsa Família e Benefícios de Prestação Continuada

Observação: a tabela original foi sintetizada pela redação.